



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

NP 01: Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 2986419/2025 - SECAO DE SERVICOS DE SAUDE

Conforme processo eletrônico nº 7002307-71.2021.8.08.0000, as contratações devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP), atendendo ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, tal como estabelece "[Norma de Procedimentos](#)" - [Formulários da NP 01](#) - Sistema de Compras, Licitações, Contratos e Instrumentos Congêneres.

O ETP é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, visando o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, dando base – posteriormente - ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação, conforme art. 6º, inciso XX, e art. 18, §1, ambos Lei nº 14.133/2021, bem como art 3º, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, a qual será adotada como base para elaboração do modelo deste documento.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP, importante examinar os normativos (normas, regras, preceitos e legislações) que disciplinam os serviços a serem contratados, bem os materiais/equipamentos a serem adquiridos, de acordo com sua natureza, além de analisar as aquisições anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e recebimento e utilização dos serviços e materiais/equipamentos.

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Número do processo administrativo:

7010995-80.2025.8.08.0000

Área requisitante:

Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO:

Nos últimos anos, a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde (CSPS) tem acompanhado um crescente número de licenças por motivo de saúde no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES). Considerando a força laboral do Tribunal, observa-se que, em 2024, 20,85% dos trabalhadores afastaram-se pelo menos um dia ao ano, com uma média de 44,99 dias de afastamento por trabalhador. Entre os anos de 2015 e 2024, a média de dias de afastamento variou entre 26 e 45 dias por trabalhador, o que sugere a instalação de quadros crônicos e de pior prognóstico, conforme demonstrado no Relatório de Licenças Médicas 2015–2024. Tal cenário evidencia a necessidade de adoção de medidas estruturadas e contínuas voltadas à promoção, prevenção e vigilância da saúde ocupacional.

A contratação de programas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no PJES visa dar continuidade às ações de promoção da saúde ocupacional iniciadas em setembro de 2022, contemplando, entre outras, a implementação e execução do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e do Programa de Atendimento ao Trabalhador, por meio da realização de exames periódicos de saúde, conforme disposto no Ato Normativo nº 399/2023. Essas ações encontram respaldo na Resolução CNJ nº 207/2015, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, a qual atribui às unidades de saúde a responsabilidade pela execução de ações de promoção, prevenção, vigilância em saúde, realização de exames periódicos, análises ergonômicas, perícias oficiais em saúde, produção de dados estatísticos e proposição de novas ações a partir desses dados, facultando, quando necessário, a contratação de instituição externa para fornecimento de serviços especializados na área de saúde.

Além disso, a elaboração e atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) atendem à Súmula Vinculante nº 33, para fins de concessão de aposentadoria especial, bem como ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a aposentadoria especial no âmbito dos Planos de Benefícios da Previdência Social, configurando obrigação legal que demanda conhecimento técnico especializado.

Ressalte-se que o PJES não dispõe, em seu quadro próprio, de profissionais habilitados em número e especialidade suficientes para implementar e executar, de forma integral, os Programas de SST e os demais serviços descritos no objeto deste Termo de Referência. Diante disso, faz-se necessária a contratação de empresa especializada, devidamente qualificada, sendo a contratação prevista em lote único, considerando que os programas e serviços são interdependentes, devendo ser executados de maneira coerente e harmônica, de modo a garantir maior eficiência, efetividade e consistência técnica das ações desenvolvidas.

Os serviços a serem contratados possuem natureza contínua, nos termos do art. 6º, inciso LVI, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que, após celebrados e implementados, deverão ser coordenados e executados pela empresa contratada de forma permanente e ininterrupta durante toda a vigência contratual. A interrupção ou cessação desses serviços acarretaria prejuízos à continuidade das ações de saúde ocupacional, comprometendo sua utilidade ao interesse público e ocasionando desconforto e danos ao PJES, razão pela qual a continuidade da prestação mostra-se essencial ao atendimento das necessidades institucionais.

A contratação justifica-se ainda pelo cumprimento do art. 9º, inciso IX, da Resolução CNJ nº 227/2016, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 298/2019, que estabelece a obrigatoriedade da realização de exames periódicos de saúde nos servidores, de acordo com as regras do órgão competente de saúde do Tribunal e em conformidade com a Resolução CNJ nº 207/2015. A relevância da manutenção da saúde ocupacional estende-se igualmente ao regime de teletrabalho, conforme previsto no art. 20, inciso XII, da Resolução TJES nº 057/2024, que impõe como dever do servidor em teletrabalho a realização do exame periódico anual, seguindo as orientações da Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde.

A não realização da contratação implicaria na descontinuidade das ações de saúde e segurança do trabalho, com potencial agravamento dos quadros de adoecimento, aumento do absenteísmo, prejuízos à força de trabalho e riscos ao cumprimento das obrigações legais e normativas impostas ao Poder Judiciário. Tal cenário impactaria negativamente a eficiência institucional, a qualidade da prestação jurisdicional e a adequada aplicação dos recursos públicos, configurando prejuízo ao interesse público.

Com a presente contratação, pretende-se assegurar a implementação e a continuidade integrada dos Programas de Saúde e Segurança do Trabalho, promover a prevenção de agravos à saúde, reduzir o absenteísmo por motivo de doença, garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares vigentes e fortalecer a política institucional de valorização de magistrados e servidores. A contratação encontra-se, ainda, alinhada ao Planejamento Estratégico do PJES 2021–2026, no âmbito do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”, em consonância com o objetivo estratégico de consolidar a valorização de magistrados e servidores, por meio da implementação de ações integradas e contínuas de promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho.

3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de SST, abrangendo, de forma integrada e contínua, a execução do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), a realização de exames periódicos de saúde, a elaboração e atualização de laudos técnicos, bem como outras ações correlatas previstas na legislação trabalhista, previdenciária e nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça. Os requisitos técnicos e de qualidade inerentes ao objeto compreendem a comprovação de habilitação técnica da contratada, com equipe multiprofissional legalmente habilitada, incluindo médicos

do trabalho, engenheiros de segurança do trabalho e demais profissionais necessários, observância às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, às normas técnicas da ABNT aplicáveis e às diretrizes institucionais do PJES, de modo a assegurar a execução dos serviços com qualidade, precisão técnica, tempestividade e aderência às boas práticas em saúde ocupacional, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No que se refere aos critérios e práticas de sustentabilidade, a contratação deverá observar o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, priorizando a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, tais como a utilização preferencial de meios digitais para registros, relatórios e comunicações, a redução do uso de papel, a racionalização de deslocamentos por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, sempre que possível, e a correta destinação de resíduos eventualmente gerados no decorrer da execução dos serviços. Tais critérios são compatíveis com a natureza do objeto e serão veiculados como obrigações da contratada. Não se aplicam, por sua natureza, critérios relacionados à eficiência energética ou consumo de bens físicos em larga escala, o que se justifica tecnicamente pelo caráter predominantemente intelectual e assistencial dos serviços contratados.

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os requisitos de segurança da informação e proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), assegurando a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações sensíveis e dos dados de saúde dos servidores e magistrados. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou qualquer forma de tratamento inadequado, responsabilizando-se pelo sigilo profissional e pela utilização das informações exclusivamente para as finalidades contratuais.

A contratação compreende, ainda, a obrigação da contratada de fornecer todo o suporte técnico necessário à adequada execução dos serviços, incluindo orientação técnica contínua, esclarecimento de dúvidas, adequação de fluxos operacionais e capacitação pontual da equipe envolvida, quando necessário, estando todos os custos correspondentes devidamente considerados na composição do preço de referência. Não se trata de fornecimento de equipamentos com necessidade de instalação física, mas de serviços especializados que demandam organização técnica, metodológica e operacional adequada ao ambiente institucional do PJES.

O objeto possui natureza contínua, uma vez que os serviços de SST destinam-se à manutenção permanente da atividade administrativa e à preservação da saúde dos trabalhadores, caracterizando necessidade recorrente e prolongada no tempo, nos termos do art. 6º, inciso XV, e do art. 106 da Lei nº 14.133/2021. A interrupção desses serviços comprometeria a continuidade das ações institucionais de promoção e vigilância em saúde ocupacional, bem como o cumprimento das obrigações legais e normativas impostas ao Tribunal.

Diante dessa natureza, o contrato deverá prever vigência inicial compatível com a execução adequada dos serviços, admitindo-se prorrogações sucessivas, observado o limite legal de até 10 anos, desde que comprovada a vantajosidade econômica e a manutenção das condições contratuais, conforme disposto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. O reajuste de preços deverá observar a periodicidade anual, contada a partir da data da proposta ou do orçamento a que esta se referir, utilizando índice setorial ou geral oficialmente reconhecido, compatível com a natureza dos serviços.

O objeto não será parcelado, tendo em vista que os serviços de SST são interdependentes e devem ser executados de forma integrada, técnica e metodologicamente coerente, razão pela qual a contratação ocorrerá em lote único, com julgamento pelo critério de menor preço global por lote. Tal opção assegura maior eficiência, uniformidade de procedimentos, responsabilização única da contratada e melhores resultados para a Administração. Os serviços enquadram-se como atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares às competências institucionais do PJES, sendo vedada a subcontratação de atividades essenciais do objeto, admitindo-se apenas subcontratações pontuais, desde que previamente autorizadas pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.

Os serviços a serem contratados correspondem aos códigos CATSER pertinentes às atividades de saúde ocupacional, segurança do trabalho, exames médicos e elaboração de laudos técnicos, conforme Catálogo de Serviços do Governo Federal. Objetivando a realização de pregão eletrônico, informamos os códigos do CATSER dos serviços mais similares do Portal comprasgovernamentais.gov.br, a saber: CATSER: 8800 (Medicina/Engenharia do Trabalho/planejamento/controle), 8818 (Medicina do trabalho/Perícia/Serviço Médico/Engenharia) e 19917- Consultoria.

4 - LEVANTAMENTO DO MERCADO:

O levantamento de mercado foi realizado a partir da análise da execução do contrato anterior que encontra-se vigente (7002313-49.2019.8.08.0000), bem como da verificação de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente no âmbito do Poder Judiciário. A experiência decorrente do contrato anterior evidenciou que a contratação de empresa especializada para a prestação integrada dos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho mostrou-se adequada ao atendimento das necessidades institucionais, assegurando o cumprimento das obrigações legais e normativas aplicáveis.

A análise das soluções disponíveis no mercado demonstrou que os serviços de SST possuem natureza técnica especializada e encontram-se amplamente regulamentados, não tendo sido identificadas metodologias, tecnologias ou inovações capazes de substituir, com igual eficiência, eficácia e segurança jurídica, a atuação técnica multiprofissional exigida. As soluções ofertadas pelo mercado são consolidadas e compatíveis com o escopo dos serviços anteriormente contratados.

Considerando a complexidade técnica do objeto e a padronização das soluções existentes, bem como a experiência administrativa adquirida com a execução do contrato anterior, concluiu-se que não se faz necessária a realização de consulta, audiência pública ou outro procedimento formal de diálogo com potenciais contratadas, nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Tendo em vista a inexistência de quadro próprio suficiente e tecnicamente habilitado para a execução integral e contínua das atividades, optou-se pela manutenção do modelo de contratação adotado. Dessa forma, a contratação apresenta-se como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e econômico.

Por fim, verificou-se que os requisitos técnicos definidos para a contratação são indispensáveis ao adequado atendimento do interesse público, tendo sido estabelecidos de forma proporcional e compatível com o objeto, não configurando restrições indevidas à competitividade, em conformidade com os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência administrativa.

O levantamento de mercado detalhado será realizado pela Seção de Compras. Em caso de dificuldades na cotação de preços, a área técnica deverá ser comunicada para, se necessário, realizar ajustes pontuais nos serviços previstos na contratação.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução proposta compreende a contratação de empresa especializada para a prestação integrada e contínua de serviços de SST, mediante execução indireta, por empreitada por preço global, com responsabilidade técnica, administrativa e operacional centralizada na contratada. A execução do objeto pressupõe a designação de preposto com capacidade técnica e gerencial para representar a empresa contratada perante a Administração, bem como a observância de fluxos formais de comunicação e acompanhamento contratual, assegurando a adequada governança da execução.

A solução abrange a mobilização de equipe técnica multiprofissional, devidamente qualificada, habilitada e regularmente inscrita nos respectivos conselhos de classe, para a realização de atividades técnicas presenciais nas unidades do Tribunal, incluindo visitas técnicas, avaliações dos ambientes e condições de trabalho e elaboração dos documentos técnicos exigidos pela legislação vigente. As atividades serão desenvolvidas de forma planejada e progressiva, a partir de cronograma previamente definido, com início formalizado por Ordem de Serviço emitida pela Administração.

A execução da solução contempla a elaboração, atualização e gestão do Programa de Gerenciamento de Riscos, incluindo a realização de levantamentos técnicos, identificação de perigos, avaliação de riscos e proposição de medidas de controle, bem como a continuidade e atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, assegurando seu caráter permanente e integrado às ações de vigilância em saúde ocupacional. A solução prevê, ainda, a produção periódica de relatórios técnicos e gerenciais, de forma a subsidiar o acompanhamento da execução contratual e a tomada de decisões pela Administração.

A solução adotada pressupõe a atuação coordenada entre a contratada e a equipe técnica da Administração, garantindo a padronização dos procedimentos, o cumprimento de prazos compatíveis com a complexidade das atividades e a observância das normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis. Dessa forma, a

contratação de empresa especializada apresenta-se como meio adequado para assegurar a continuidade das ações de SST, a mitigação de riscos ocupacionais e o atendimento do interesse público, diante da inexistência de quadro próprio suficiente para a execução integral e contínua dessas atividades.

6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

As estimativas foram elaboradas com base no quantitativo de unidades e endereços do PJES, bem como na execução do contrato anterior e na análise da demanda efetivamente atendida. Os valores referentes aos exames periódicos consideraram a média de participação registrada no período de outubro de 2023 a dezembro de 2024. A experiência contratual demonstrou que a adesão média aos exames periódicos é de aproximadamente 17% dos trabalhadores, evidenciando a imprevisibilidade da demanda, sobretudo em razão do caráter voluntário da participação.

Nesse contexto, adotou-se, como critério para os próximos anos, uma participação média estimada de 20%. Em razão dessa característica, optou-se pelo pagamento por execução, assegurando maior aderência entre os valores pagos e os serviços efetivamente prestados, promovendo economicidade e evitando o superdimensionamento da contratação.

O total de servidores foi estimado com base nos dados do SIARHES, referentes a julho de 2025.

O objeto não será parcelado, uma vez que os serviços de SST são interdependentes e demandam execução integrada, sendo a contratação realizada em lote único, com critério de julgamento pelo menor preço global.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada
1	Revisão, atualização, reelaboração e avaliação contínua do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) de cada unidade do PJES elencada no Adendo II deste termo de referência, de acordo com a NR-01, portaria MTE n. 1.419, de 27 de agosto de 2024;		
1.1	Realização de visitas técnicas a todas as unidades do PJES, com o objetivo de realizar o levantamento preliminar dos perigos, por meio de avaliação qualitativa e quantitativa, contemplando: a identificação e descrição dos perigos presentes nos ambientes de trabalho; a avaliação dos riscos ocupacionais associados, incluindo os de natureza física, química, biológica e ergonômica, conforme disposto na NR-01; a identificação dos grupos de trabalhadores expostos a esses riscos, subsidiando a elaboração e atualização do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).	un	1*
1.2	Revisão e elaboração de nova versão do PGR, assegurando sua integração aos demais instrumentos do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), tais como o PCMSO, avaliação dos riscos psicossociais**, análise de acidentes, LTCAT, laudos ambientais e ações de melhoria contínua.	un	1*
1.3	Atuação mensal do Técnico de Segurança do Trabalho - objetiva prestar suporte técnico à equipe da CSPS, bem como realizar visitas técnicas às comarcas, conforme demanda, para atendimento das questões relacionadas à segurança no trabalho durante toda a vigência do contrato.	un	24
1.4	Relatório de Gestão do PGR bimestral-(RB) – avaliação contínua : deverá conter o resultado das avaliações qualitativas e quantitativas das modificações/adequações realizadas nos ambientes de trabalho, visita a novas instalações do PJES, implantação de medidas de controle individual/coletiva, informações relativas à eficácia das medidas preventivas adotadas, o cumprimento de etapas previstas no Plano de Ação, reuniões, treinamentos. Ao final do contrato deverá apresentar um relatório final (RF) compilando todas as informações de gestão do PGR.	un	11 (RB) + 1(RF)
1.5	Plano de Ação	un	1*
1.6	Revisitação a todas as unidades do PJES a cada 02 anos da implementação do PGR e atualização do programa.	un	1*
2	Elaboração, implementação e gerenciamento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, de acordo com NR-07, portaria SEPRT n. 8.873, de 23 de julho de 2021.		
2.1	Elaboração do PCMSO: descrição dos possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados, os exames clínicos e complementares necessários, os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos, bem como a realização de relatório analítico sobre o desenvolvimento do programa	un	1*
2.2	Relatório Analítico do PCMSO	un	2
3	Realização de exames médicos ocupacionais, bem como exames complementares previstos no PCMSO e a critério do Médico do Trabalho Coordenador.		

3.1	Relatório Mensal de Execução do PCMSO: relatório mensal descritivo contendo relação nominal de magistrados e servidores, o quantitativo de exames ocupacionais realizados/emissão de ASO, o quantitativo de exames complementares, CAT e pareceres emitidos, bem como das demais ações de saúde implementadas.	un	24
3.2	Exame Admissional e emissão de ASO	un	285
3.3	Exame Periódico e emissão de ASO	un	1300
3.4	Exame de Retorno ao Trabalho e emissão de ASO	un	285
3.5	Exame de Mudança e Função e emissão de ASO	un	285
3.6	Exame Demissional e emissão de ASO	un	285
3.7	Exame complementar laboratorial: Hemograma Completo	un	1300
3.8	Exame complementar laboratorial: Glicemia jejum	un	1300
3.9	Exame complementar laboratorial: Hemoglobina glicada	un	1300
3.10	Exame complementar laboratorial: Insulina	un	1300
3.11	Exame complementar laboratorial: Triglicerídeos	un	1300
3.12	Exame complementar laboratorial: Colesterol Total	un	1300
3.13	Exame complementar laboratorial: Colesterol (HDL)	un	1300
3.14	Exame complementar laboratorial: Colesterol (LDL)	un	1300
3.15	Exame complementar laboratorial: AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética -TGO)	un	1300
3.16	Exame complementar laboratorial: ATL (Transaminase Glutâmica Pirúvica -TGP)	un	1300
3.17	Exame complementar laboratorial: Gama-glutamilttransferase (GGT)	un	1300
3.18	Exame complementar laboratorial: Uréia	un	1300
3.19	Exame complementar laboratorial: Creatinina	un	1300
3.20	Exame complementar laboratorial: Hormônio Tireoestimulante -TSH	un	1300
3.21	Exame complementar laboratorial: T4 livre	un	1300
3.22	Exame complementar laboratorial: Cortisol livre	un	1300
3.23	Exame complementar laboratorial: 1,25-dihidroxi -Vitamina D	un	1300
3.24	Exame complementar laboratorial: Vitamina B12	un	1300
3.25	Exame complementar laboratorial: ácido fólico eritrocitário	un	1300
3.26	Exame complementar laboratorial: Ferro sérico	un	1300
3.27	Exame complementar laboratorial: Ferritina	un	1300
3.28	Exame complementar laboratorial: PCR ultrassensível	un	1300
3.29	Exame complementar laboratorial: Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS)	un	1300
3.30	Exame complementar laboratorial: Pesquisa de sangue oculto nas fezes-método imunocromatográfico)- para trabalhadores com 50 anos e mais.	un	602
3.31	Exame complementar laboratorial: PSA total- para homens com 50 anos e mais.	un	270
3.32	Eletrocardiograma para trabalhadores de 45 anos e mais.	un	780
4	Serviços de Perícia Técnica, sob demanda, para emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), do Laudo Técnico Insalubridade, do Laudo Técnico de Periculosidade e da realização de avaliação biopsicossocial, de acordo com a legislação vigente.		
4.1	Elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT para todas as unidades do PJES. As visitas poderão ser realizadas de forma integrada com o levantamento de risco para o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), visando otimizar recursos e evitar duplicidade de esforços.	un	1
4.2	Revisão do LTCAT- Sempre que ocorrerem alterações significativas nas condições de trabalho (ex.: mudanças de layout, processos, agentes nocivos, medidas de controle), ou quando solicitado pela Administração, a CONTRATADA deverá proceder à revisão e atualização do LTCAT, conforme previsto no art. 284 da IN INSS/PRES nº 128/2022.	un	1*
4.3	Laudo Técnico de Insalubridade	un	1*
4.4	Laudo Técnico de Periculosidade	un	1*
4.5	Realização de avaliação Biopsicossocial por equipe multidisciplinar	un	1*
5	Consolidação, organização e disponibilização dos arquivos eletrônicos referente aos eventos de SST do eSocial, conforme prazos e exigências legais.		
5.1	Entrega dos arquivos do esocial em arquivos no formato XML, compatíveis com a versão atualizada do Sistema .	un	24

*A quantidade estimada considera o período de 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual e a elaboração de um documento técnico individualizado por unidade. Atualmente, o PJES conta com 92 (noventa e dois) endereços, compreendendo unidades administrativas e judiciárias.

**A avaliação dos riscos psicossociais serão avaliados por equipe própria do PJES, mas deverão ser incorporados ao PGR.

7 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O levantamento de mercado detalhado será realizado pela Seção de Compras. Em caso de dificuldades na cotação de preços, a área técnica deverá ser comunicada para, se necessário, realizar ajustes pontuais no objeto.

Abaixo, apresentamos uma estimativa com base no último contrato sei CF 008/2022 1141670 e pesquisas no mercado, conforme metodologia indicada abaixo. Foi considerado o reajuste de 20,19% conforme IPCA acumulado de 2022 a 2025 para o contrato em vigência.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário
1	Revisão, atualização, reelaboração e avaliação contínua do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) de cada unidade do Adendo II deste termo de referência, de acordo com a NR-01, portaria MTE n. 1.419, de 27 de agosto de 2024;			
1.1	Realização de visitas técnicas a todas as unidades do PJES, com o objetivo de realizar o levantamento preliminar dos perigos, por meio de avaliação qualitativa e quantitativa, contemplando: a identificação e descrição dos perigos presentes nos ambientes de trabalho; a avaliação dos riscos ocupacionais associados, incluindo os de natureza física, química, biológica, ergonômica e psicossocial, conforme disposto na NR-01; a identificação dos grupos de trabalhadores expostos a esses riscos, subsidiando a elaboração e atualização do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).	un	1*	R\$ 355.912,00
1.2	Revisão e elaboração de nova versão do PGR, assegurando sua integração aos demais instrumentos do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), tais como o PCMSO, avaliação dos riscos psicossociais, análise de acidentes, LTCAT, laudos ambientais e ações de melhoria contínua.	un	1*	R\$ 42.066,00
1.3	Atuação mensal do Técnico de Segurança do Trabalho - objetiva prestar suporte técnico à equipe da CSPS, bem como realizar visitas técnicas às comarcas, conforme demanda, para atendimento das questões relacionadas à segurança no trabalho durante toda a vigência do contrato.	un	24	R\$ 250,00
1.4	Relatório de Gestão do PGR bimestral-(RB) – avaliação contínua : deverá conter o resultado das avaliações qualitativas e quantitativas das modificações/adequações realizadas nos ambientes de trabalho, visita a novas instalações do PJES, implantação de medidas de controle individual/coletiva, informações relativas à eficácia das medidas preventivas adotadas, o cumprimento de etapas previstas no Plano de Ação, reuniões, treinamentos. Ao final do contrato deverá apresentar um relatório final (RF) compilando todas as informações de gestão do PGR.	un	11 (RB) + 1(RF)	R\$ 6.009,00
1.5	Plano de Ação	un	1*	R\$ 42.066,00
2	Elaboração, implementação e gerenciamento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para cada unidade do PJES elencada no Adendo II deste termo de referência, de acordo com NR-07, portaria SEPRT n. 8.873, de 23 de julho de 2021.			
2.1	Elaboração do PCMSO: descrição dos possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados, os exames clínicos e complementares necessários, os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos, bem como a realização de relatório analítico sobre o desenvolvimento do programa	un	1*	R\$ 42.066,00
2.2	Relatório Analítico do PCMSO	un	2	R\$ 12.019,00
3	Realização de exames médicos ocupacionais, bem como exames complementares previstos no PCMSO e a critério do Médico do Trabalho Coadjuvante			
3.1	Relatório Mensal de Execução do PCMSO: relatório mensal descritivo contendo relação nominal de magistrados e servidores, o quantitativo de exames ocupacionais realizados/emissão de ASO, o quantitativo de exames complementares, CAT e pareceres emitidos, bem como das demais ações de saúde implementadas.	un	24	R\$ 1.201,00
3.2	Exame Admissional e emissão de ASO	un	285	R\$ 48,00
3.3	Exame Periódico e emissão de ASO	un	1300	R\$ 48,00
3.4	Exame de Retorno ao Trabalho e emissão de ASO	un	285	R\$ 48,00
3.5	Exame de Mudança e Função e emissão de ASO	un	285	R\$ 48,00
3.6	Exame Demissional e emissão de ASO	un	285	R\$ 48,00
3.7	Exame complementar laboratorial: Hemograma Completo	un	1300	R\$ 20,00
3.8	Exame complementar laboratorial: Glicemia jejum	un	1300	R\$ 15,00
3.9	Exame complementar laboratorial: Hemoglobina glicada	un	1300	R\$ 33,00
3.10	Exame complementar laboratorial: Insulina	un	1300	R\$ 33,00
3.11	Exame complementar laboratorial: Triglicerídeos	un	1300	R\$ 18,00
3.12	Exame complementar laboratorial: Colesterol Total	un	1300	R\$ 18,00
3.13	Exame complementar laboratorial: Colesterol (HDL)	un	1300	R\$ 17,00
3.14	Exame complementar laboratorial: Colesterol (LDL)	un	1300	R\$ 11,00
3.15	Exame complementar laboratorial: AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética -TGO)	un	1300	R\$ 12,00
3.16	Exame complementar laboratorial: ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica -TGP)	un	1300	R\$ 13,00
3.17	Exame complementar laboratorial: Gama-glutamilttransferase (GGT)	un	1300	R\$ 12,00

3.18	Exame complementar laboratorial: Uréia	un	1300	R\$ 16,00
3.19	Exame complementar laboratorial: Creatinina	un	1300	R\$ 12,00
3.20	Exame complementar laboratorial: Hormônio Tireoestimulante -TSH	un	1300	R\$ 45,00
3.21	Exame complementar laboratorial: T4 livre	un	1300	R\$ 55,00
3.22	Exame complementar laboratorial: Cortisol livre	un	1300	R\$ 30,00
3.23	Exame complementar laboratorial: 1,25-dihidroxi -Vitamina D	un	1300	R\$ 137,00
3.24	Exame complementar laboratorial: Vitamina B12	un	1300	R\$ 30,00
3.25	Exame complementar laboratorial: ácido fólico eritrocitário	un	1300	R\$ 25,00
3.26	Exame complementar laboratorial: Ferro sérico	un	1300	R\$ 11,00
3.27	Exame complementar laboratorial: Ferritina	un	1300	R\$ 30,00
3.28	Exame complementar laboratorial: PCR ultrassensível	un	1300	R\$ 25,00
3.29	Exame complementar laboratorial: Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS)	un	1300	R\$ 15,00
3.30	Exame complementar laboratorial: Pesquisa de sangue oculto nas fezes-método imunocromatográfico)- para trabalhadores com 50 anos e mais.	un	602	R\$ 20,00
3.31	Exame complementar laboratorial: PSA total- para homens com 50 anos e mais.	un	270	R\$ 30,00
3.32	Eletrocardiograma para trabalhadores de 45 anos e mais.	un	780	R\$ 66,00
4	Serviços de Perícia Técnica, sob demanda, para emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), do Laudo Técnico de Insalubridade e de Periculosidade e da realização de avaliação biopsicossocial, de acordo com a legislação vigente.			
4.1	Elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT para todas as unidades do PJES. As visitas poderão ser realizadas de forma integrada com o levantamento de risco para o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), visando otimizar recursos e evitar duplicidade de esforços.	un	1	R\$ 16.000,00
4.2	Revisão do LTCAT- Sempre que ocorrerem alterações significativas nas condições de trabalho (ex.: mudanças de layout, processos, agentes nocivos, medidas de controle), ou quando solicitado pela Administração, a CONTRATADA deverá proceder à revisão e atualização do LTCAT, conforme previsto no art. 284 da IN INSS/PRES nº 128/2022.	un	1*	R\$ 16.000,00
4.3	Laudo Técnico de Insalubridade	un	1*	R\$ 16.000,00
4.4	Laudo Técnico de Periculosidade	un	1*	R\$ 16.000,00
4.5	Realização de avaliação Biopsicossocial por equipe multidisciplinar	un	100	R\$ 300,00
5	Consolidação, organização e disponibilização dos arquivos eletrônicos referente aos eventos de SST do eSocial, conforme prazos e exigências legais.			
5.1	Entrega dos arquivos do eSocial em arquivos no formato XML, compatíveis com a versão atualizada do Sistema .	un	24	R\$ 1.201,90
Valor Global:				

Metodologia:

Tabela de valores ajustados pelo IPCA acumulado de 2022 a 2025 de aproximadamente 20,09%

Item	Valor unitário original (R\$)	Valor unitário reajustado (R\$)
1.1 (corresponde ao item 1.1 + 1.2 do contrato CF 008/2022)	296.125,00	355.912,60
1.4	5.000,00	6.009,50
1.5	35.000,00	42.066,50
2.1	35.000,00	42.066,50
2.2	10.000,00	12.019,00
3.1	1.000,00	1.201,90
3.2	40	48,08
3.3	40	48,08
3.4	40	48,08
3.5	40	48,08
3.6	40	48,08
3.7	17	20,43
3.8	13	15,62
3.11	15	18,03
3.12	15	18,03
3.15	10,5	12,62
3.17	11,5	13,82
3.19	10	12,02
3.29	13	15,62
3.32	55	66,1
5.1	1.000,00	1.201,90

Demais itens:

1.3 Pesquisa -<https://www.sintesp.org.br/convencoes?>

1.2- Similaridade ao item 2.1 (documento técnico-contrato atual)

1.6-Similaridade ao item 1.1 (visita técnica-contrato atual)

Itens: (3.9);(3.13);(3.18);(3.20);(3.21);(3.23) <https://www.hermespardini.com.br/blog/precos>

Itens: (3.10); (3.14);(3.17); (3.22); (3.24); (3.25); (3.26); (3.27); (3.28); (3.30); (3.31) -orçamento solicitado ao laboratório tommasi pelo WhatsApp 99908-9081 em 15/12/2025

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

A análise técnica realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar concluiu pela não adoção do parcelamento, com a contratação da solução de forma integrada, em lote único, por se tratar de objeto cuja divisão comprometeria o conjunto da solução e acarretaria prejuízo à eficiência, à economicidade e à gestão contratual.

Os serviços de SST no Termo de Referência são interdependentes, complementares e tecnicamente correlacionados, envolvendo a execução articulada de programas, laudos, exames, relatórios e ações continuadas, tais como PGR, PCMSO, LTCAT, exames periódicos, gestão de dados ocupacionais e atendimento às obrigações legais e normativas. A execução fragmentada por itens distintos ou por fornecedores diversos poderia gerar inconsistências metodológicas, sobreposição de responsabilidades, dificuldades de integração das informações e riscos à coerência técnica dos programas.

Além disso, a contratação integrada favorece a economia de escala, a padronização de procedimentos, a centralização da responsabilidade técnica e a simplificação da fiscalização contratual, reduzindo custos administrativos e riscos operacionais. A eventual ausência ou falha na execução de um dos componentes comprometeria a efetividade das demais atividades, afetando diretamente o alcance dos resultados pretendidos.

Dessa forma, embora o objeto seja, em tese, divisível, restou demonstrado que o parcelamento não se mostra tecnicamente nem economicamente vantajoso, razão pela qual a contratação será realizada por lote único, com julgamento pelo menor preço global, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, inciso VIII, e nos arts. 40, §§ 2º e 3º, e 82 da Lei nº 14.133/2021.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

7002313-49.2019.8.08.0000

10 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

Esta aquisição está devidamente alinhada ao Planejamento Estratégico do PIES 2021-2026, dentro do Macrodesafio: "Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas", em consonância com o objetivo estratégico de "Consolidar a valorização de magistrados e servidores", por meio da iniciativa estratégica de "Implantar ações que promovam a saúde e qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua".

11 - RESULTADOS PRETENDIDOS:

A contratação dos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho tem como resultado pretendido assegurar o cumprimento das obrigações legais e normativas aplicáveis, bem como a implementação integrada e contínua de ações de prevenção, promoção e vigilância em saúde ocupacional no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Espera-se, como efeitos diretos, a redução da exposição a riscos ocupacionais, a identificação precoce de agravos à saúde relacionados ao trabalho, a mitigação do absenteísmo e a melhoria da eficiência na gestão da força de trabalho. A execução coordenada dos programas contribui para a racionalização do uso dos recursos públicos, com maior controle dos custos, pagamento vinculado à execução dos serviços e otimização da fiscalização contratual, promovendo economicidade.

A adoção de procedimentos padronizados e o uso de meios digitais contribuem para impactos ambientais positivos, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da eficiência administrativa.

12 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Considerando tratar-se de contratação de serviços, sem fornecimento de equipamentos permanentes ou necessidade de instalação física específica, não se faz necessária a adoção de providências relacionadas à adequação de infraestrutura predial, rede elétrica, rede de dados, climatização ou espaço físico. As atividades serão realizadas nas dependências do órgão, em dias úteis e dentro do horário de funcionamento, conforme definido no Termo de Referência, não demandando intervenções estruturais prévias.

Ressaltamos a necessidade de capacitação dos servidores envolvidos na gestão contratual, de modo a assegurar o correto cumprimento das atribuições previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos normativos internos aplicáveis.

13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS:

A contratação dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho não gera impactos ambientais significativos, por tratar-se de prestação de serviços técnicos, sem fornecimento de equipamentos permanentes ou realização de intervenções físicas. Os impactos ambientais potenciais restringem-se ao consumo de materiais administrativos, à geração eventual de resíduos comuns e ao deslocamento de profissionais para a execução das atividades.

Como medidas mitigadoras, serão priorizados o uso de meios digitais para comunicações e relatórios, a racionalização do consumo de insumos, o correto gerenciamento de resíduos conforme a legislação vigente e o planejamento das visitas técnicas, visando reduzir deslocamentos e emissões associadas. Os impactos identificados são de baixa relevância e passíveis de mitigação pelas medidas adotadas.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação dos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho é razoável e viável sob os aspectos técnico, socioeconômico e ambiental. A solução atende às necessidades da Administração, observa as obrigações legais e normativas vigentes e é compatível com a estrutura e a capacidade operacional do órgão.

Do ponto de vista técnico e socioeconômico, a contratação integrada assegura a execução contínua e coordenada dos serviços, promove o uso eficiente dos recursos públicos e contribui para a melhoria da gestão da força de trabalho. Quanto aos aspectos ambientais, os impactos identificados são de baixa relevância e passíveis de mitigação por meio de práticas sustentáveis já previstas.

Diante do exposto, considera-se viável o prosseguimento da contratação para a fase de elaboração do Termo de Referência e realização do procedimento licitatório.

15 - ANEXOS:

[TRs de outros órgãos](#)

16 - RESPONSÁVEIS:

Juliana Bozzato Schunk, NF. 4114566, Analista Judiciária-AE-Enfermagem

Sílvia Oppenheimer Pitanga Borges, NF. 3953327, Coordenadora de Serviços Psicossociais e de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA OPPENHEIMER PITANGA BORGES**, COORDENADOR DE SERVICOS PSICOSSOCIAIS E DE SAUDE, em 08/01/2026, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA BOZZATO SCHUNK**, ANALISTA JUDICIARIO AE ENFERMAGEM, em 08/01/2026, às 18:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EUFANIA APARECIDA FRANCK**, SECRETARIO DA SECRETARIA DE GESTAO DE PESSOAS, em 08/01/2026, às 19:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2986419** e o código CRC **66C5F91B**.